

# **O LUGAR DAS MULHERES MOÇAMBICANAS NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO COLONIAL: AS ORGANIZAÇÕES FEMININAS NA FRELIMO (1960-1970)<sup>1</sup>**

**Helena Gomes da Silva<sup>2</sup>**

## **Resumo**

Este artigo trata das condições de participação das mulheres nas lutas de libertação colonial na FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), procurando destacar as formas de atuação nas organizações femininas lideradas pelo movimento e o papel das mulheres no ambiente multicultural de Moçambique, que definia lugares específicos para as mulheres, entre os anos de 1960 a 1970. Nossa meta é compreender alguns dos aspectos desafiadores enfrentados pelas mulheres para participar das lutas e, ao mesmo tempo, como elas se organizaram para resistir à opressão e reivindicar seus direitos no mundo do trabalho e na sociedade moçambicana. Para isso, fizemos o levantamento e debate da produção bibliográfica que trata da condição da mulher moçambicana na cultura tradicional e nos momentos das lutas, no âmbito da FRELIMO, para compreensão de suas condições no movimento e depois.

**Palavras-chave:** Moçambique, Mulheres, FRELIMO.

## **Abstract**

This article addresses the conditions of women's participation in the colonial liberation struggles within FRELIMO (Mozambique Liberation Front), seeking to highlight their roles within the women's organizations led by the movement and the role of women in Mozambique's multicultural environment, which defined specific roles for women, between the years 1960 to 1970. Our goal is to understand some of the challenges faced by women in participating in the struggles and, at the same time, how they organized themselves to resist oppression and assert their rights in the world of labor and Mozambican society. To achieve this, we conducted a review and discussion of the literature dealing with the condition of Mozambican women in traditional culture and during the moments of the struggles, within the context of FRELIMO, to gain insights into their conditions within the movement and beyond.

---

<sup>1</sup> Este TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) foi orientado pela Profa. Giselda Brito Silva. Doutora em História pela UFPE e Professora da Graduação e da Pós-Graduação em História do DEHIST-UFRPE – Campus de Recife. e-Mail: giselda.brito@gmail.com

<sup>2</sup> Pesquisadora do PIBIC-UFRPE - Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. e-Mail: helena.gomes@ufrpe.br

**Keywords: Mozambique, Women, FRELIMO.**

### **Considerações Iniciais: o lugar da mulher na cultura moçambicana**

Para se compreender as condições de participação das mulheres na FRELIMO e suas organizações femininas, é importante conhecer aspectos da cultura moçambicana, em relação ao lugar da mulher na sociedade. Começamos por destacar os trabalhos de Isabel Casimiro (2008, 2014, 2020) por ser uma historiadora e antropóloga que se dedicou aos estudos da FRELIMO e da participação das mulheres no movimento, bem como de suas lutas por direitos durante o processo de libertação e após a independência. A autora chama a atenção para as questões culturais e familiares que determinavam os lugares das mulheres em determinadas regiões, de linha matrilinear ou patrilinear, bem como as posições do Samora Machel acerca do lugar da mulher no movimento e em Moçambique. (CASIMIRO, 2008) Além disso, ela é uma referência metodológica para os estudos das mulheres na FRELIMO e suas participações nas lutas de libertação.

Além desta autora central em nossa pesquisa ao longo do PIBIC, outros trabalhos deram ampla contribuição aos estudos das mulher na FRELIMO e em Moçambique nos tempos das lutas de libertação e proporcionaram uma compreensão do lugar da mulher na sociedade moçambicana e como sua participação na FRELIMO provocou algumas mudanças, particularmente no espaço urbano, entre os quais destacamos: Lílisia Amélia e outras (2021); Jacima Santana (2009); Isabel Vilanculo e Nhiuane (2021).

Para conhecimento dos aspectos culturais e familiares nas regiões, destacamos o trabalho de Hélio Bento Maúngue. Ele explica que “os aspectos socioculturais e da tradição moçambicana que definem o posicionamento das mulheres na sociedade são os sistemas de organização familiar, nomeadamente patrilinear (Sul do país) e matrilinear (Norte e Centro do país)”. Segundo ele, estes dois sistemas são determinantes para definir as formas como as mulheres e homens são socializados e suas posições em Moçambique. Outro aspecto importante para se compreender o lugar das mulheres em Moçambique é o Lobolo<sup>3</sup>, a poligamia, os casamentos prematuros, os ritos de iniciação e os rituais de purificação das viúvas. Este autor considera que o sistema matrilinear possui alguma vantagem para as mulheres porque em caso de separação, os bens permanecem na sua família. Contudo, elas

---

<sup>3</sup> *Lobolo*, é uma prática cultural do casamento tradicional moçambicano que define a compensação que a família do noivo passa à família da noiva. (MAÚNGUE, 2021)

estão sob o poder do irmão da mãe (o tio materno que detém poder sobre as mulheres e da distribuição dos bens e recursos). (MAÚNGUE, 2021, p.4)

Neste sentido, as condições das mulheres são de subalternidade, sob o controle dos homens, mesmo na cultura matrilinear, ainda que esteja em melhores condições do que as da cultura patrilinear. Em ambas as mulheres são responsáveis pela conservação da cultural e das tradições. Por isso, os projetos de libertação e emancipação das mulheres são complexos, porque podem ameaçar a estrutura tradicional que as coloca num dado lugar e sob certas responsabilidades. (MAÚNGUE, 2021, p.4)

Com a ocupação da política colonial portuguesa algumas práticas e condições da mulher passam a ser combatidas pelas leis colonizadora, que as definiam como selvagens, a exemplo da poligamia, da cultura de purificação da viúva que a vinculava ao cunhado como obrigação para com a família do marido morto e outras práticas que eram condenadas pelo processo dito civilizatório e evangelizador do colonialismo português. (MAÚNGUE, 2021, p. 6)

A aceitação da participação das mulheres na FRELIMO e nas lutas de libertação foram muito importantes para a construção de um novo lugar para as mulheres, ainda que de forma limitada. (VILANCULO; NHIUANE, 2021) Segundo o Grupo de Estudos do Movimento Feminista em Moçambique, Lilisía Amélia e outros, esta participação, contudo, não se deu de forma simples, envolveu resistências internas do movimento e da sociedade. (LILISIA, 2011)

Com o avanço das lutas anticoloniais e a criação da FRELIMO, e a participação das mulheres no Destacamento Feminino, em 1966, como braço armado da FRELIMO, e a criação de uma organização não militar feminina, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), ocorrem mudanças significativas na vida destas mulheres. Elas passaram a participar da vida política, econômica, social e cultural do país. (MAÚNGUE, 2021, p.6) A FRELIMO, especialmente depois da independência projetou acabar com algumas práticas nocivas às mulheres, contra o lobolo e a poligamia, os ritos de iniciação e outras situações de opressão das mulheres.

Contudo, em alguns espaços as mulheres continuaram suas vidas familiares em posição subalterna aos homens. Segundo Isabel Casimiro, “nas zonas libertadas, a divisão do trabalho não mudou, continuando as mulheres a preparar a alimentação e a realizar o trabalho doméstico. O que muda é que a mulher, depois de participar das lutas de libertação, passam a ser mais consideradas, especialmente as letradas e nos espaços urbanos” (CASIMIRO, 2004).

Estas questões nos ajudaram a perceber que a participação das mulheres na FRELIMO foi complexa porque se deu entre a permanência de uma cultura patrilinear e matrilinear que

definia papéis para as mulheres e, do outro lado, a convocava para participar da militância pela libertação e emancipação de Moçambique e de seu povo, sob orientações marxistas-leninistas, que também defendiam a luta contra a opressão das mulheres nos anos 1960-70.

### **Moçambique, colonialismo e as Lutas anticoloniais: a FRELIMO e a participação das mulheres**

Moçambique localiza-se na costa oriental da África Austral, e faz fronteira com a Tanzânia ao norte com Malawi, Zâmbia, oeste com Zimbabwe; e sul com a África do Sul e Suazilândia. É composto por 11 províncias; Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Zambézia, Sofala, Inhambane Gaza, Maputo província e Maputo Capital. (LILISIA et al, 2021, p. 5) Moçambique foi ocupada pelo colonialismo português por quase 470 anos. Em 1962, a FRELIMO foi fundada na Tânzania, sob a liderança de Eduardo Mondlane, e inicia a luta armada em 1964, pelo norte. Em 1969, Eduardo Mondlane foi assassinado pela polícia secreta portuguesa, em seu lugar assume Samora Machel, que assume o comando da independência em 1975, orientado pelos princípios marxistas-leninista. Em 1976, a nova nação, vivendo instabilidades econômicas e políticas, passa a viver da guerra civil entre a FRELIMO e a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), uma guerra que durou 16 anos, com consequências até os dias atuais. (LILISIA et al, 2021, p.6)

Da etapa colonialista portuguesa em Moçambique, foi importante a leitura dos trabalhos de Henriques (2004). Segundo ele, é possível identificar três perspectivas importantes para a ação colonial portuguesa na África de maneira geral. A colonização funcionava através da instalação de fortalezas ou entrepostos nas regiões costeiras, os quais serviam como ponto de partida para estabelecer relações comerciais e obter informações sobre o interior do continente. Além disso, também eram usados para defesa do território, proteção de comerciantes, missionários e navegadores. Outra estratégia utilizada pelos portugueses era o uso de tecnologia europeia, como grandes embarcações, armas de fogo e técnicas de produção agrícola, construção e comércio, para manter a continuidade nos territórios ocupados. Por fim, houve uma intenção de alterar as relações sociais entre homens e mulheres que organizavam o território africano, com uma significativa transformação da paisagem social e cultural por parte dos portugueses e a introdução do patriarcado. As guerras de libertação, de maneira geral, têm início na década de 1960 em um contexto propício onde as tensões globais pareciam favoráveis a iniciativa anticolonial.

Segundo Eduardo Mondlane (1982) o caso de Moçambique só teria começado em 1962 após o primeiro ataque a uma área patrulhada que ocorreu sob o comando do general Filipe Magaia, em seguida houve mais ataques similares como os em Chai, Xilama, Cabo Delgado e Tanganyika. Porém, é válido destacar também que o ponto de virada para os movimentos armados de luta organizada em Moçambique ocorreu muito antes durante o Massacre de Mueda, em junho de 1960 (OLIVEIRA, 2019). O distrito de Mueda, situado na província de Cabo Delgado e habitado principalmente pela população maconde, foi palco de um evento marcante. Durante uma reunião em que a delegação da MANU e o governador de Cabo Delgado, Teixeira da Silva, foram ouvidos, a multidão de macondes vaiou o governador, que não tratou das questões de terras do povo Maconde como esperado. Isso resultou em um confronto com o exército, no qual mais de 600 pessoas perderam suas vidas. Para o pesquisador Michel Cahen (1999), esse episódio foi fundamental para mobilizar a população moçambicana e legitimar a necessidade de uma luta armada para alcançar a independência. Assim, a FRELIMO usou amplamente a narrativa do massacre para gerar comoção e engajamento político.

Para Michel Cahen (1999), a FRELIMO surgiu como uma união de três movimentos nacionalistas revolucionários em Moçambique: a UDENAMO, a MANU e a UNAMI, que foram criados em 1960 e 1961 como movimentos anti-coloniais independentes, sem qualquer unidade política entre eles. A necessidade de unificar as lutas nacionais na África e nas demais colônias foi pressionando para que esses movimentos se unissem sob o nome de FRELIMO, após a Conferência das Organizações Nacionalistas em Territórios Portugueses, realizada em Casablanca, em 1961, onde líderes dos territórios já independentes reafirmaram a necessidade de união entre os movimentos.

Embora a FRELIMO tenha afirmado em seus documentos oficiais que somente em 1962 origem resulta da união desses três movimentos autônomos, de acordo com Michel Cahen (2005, p.56), isso pode não ser totalmente preciso:

É frequente ler, apesar dos progressos da pesquisa histórica, que a FRELIMO foi fundada (...) pela unificação de três movimentos ‘regionais’, a Manu, maconde, a Udenamo, tida como do sul, e a Unami, tida como sendo do centro (da Zambézia). Esta história, que é a versão oficial, é muito funcional e ‘etapista’: movimentos, sobretudo regionais, até étnicos, unificam-se ‘nacionalmente’, fechando assim a ‘etapa precedente’ proto-nacionalista e abrindo a via à nova nação. Na realidade, apenas a Manu

entrou na FRELIMO, por decisão pessoal do seu presidente (mesmo se este e a maioria dos dirigentes tivessem saído dela rapidamente), a Udenamo dividiu-se em dois blocos desde antes do Congresso, e a Unami nunca aceitou o selo da FRELIMO e conservou sempre independente a sua estrutura. A Udenamo não era de todo um grupo do ‘sul’, mas já uma organização plenamente multi-étnica com efectivamente muitos militantes do sul mas também muitos macondes vindos de outra organização, a Mozambique African Association (MAA) [...].

Para entender a formação da FRELIMO foi essencial destacar alguns fatores considerados cruciais para a organização de uma Frente de Libertação em Moçambique. Primeiramente, havia o domínio sobre a população indígena, que sofria muito com a exploração econômica e a repressão da polícia colonial portuguesa. A repressão cresceu ainda mais na década de 1950, com a Guerra Fria e a instalação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) nas colônias para combater as ideias comunistas e ‘subversivas’ - é fundamental apontar a aproximação da FRELIMO e dos militantes ao bloco soviético. Enquanto isso, os povos indígenas eram vítimas do trabalho forçado e da violência por parte da polícia colonial, com nenhuma atenção às suas condições sociais e econômicas.

Durante o período colonial, particularmente nos tempos do regime colonial fascista salazarista, 7 mil mulheres moçambicanas participaram da greve de Búzi, em 1947, recusando-se a participar do cultivo do algodão, queimando as sementes e outras ações contra as concessionárias algodoeiras. As mulheres camponesas também foram atuantes na divulgação da FRELIMO e da propaganda contra o governo colonial. As estudantes do espaço urbano também se mobilizaram nas cidade de Maputo e Xai-Xai em defesa da causa da independência, distribuindo panfletos e propagando o avanço da FRELIMO. Destas algumas passaram para a luta armada, como Josina Machel, que entrou na FRELIMO em 1965. Em 1966, o Comitê Central da FRELIMO passou a admitir mulheres no seu exército< não somente nas tarefas de propaganda, mas de execução e direção da luta armada em todos os escalões, e nas reuniões do Comitê Central. O primeiro grupo de mulheres foi formado por 25 mulheres e treinadas na Tanzânia, quando se formou o Destacamento Feminino. (LILISIA et al, 2021, p.10-11)

Josina Machel levantou na FRELIMO alguns problemas que limitavam a participação das mulheres moçambicanas na luta de libertação, defendendo algumas estratégias para sua emancipação, destacando como as mulheres atuavam na mobilização da população, como

informantes, professoras, enfermeiras, além de seu papel na produção de alimentos para os combatentes, evidenciando seu papel ativo na Revolução. (LILISIA et al, 2021, p.11)

Contudo, esta participação das mulheres na FRELIMO e a recepção de suas reivindicações não era um consenso, havendo muita rejeição e divergência interna e na sociedade. As mulheres que encabeçavam a luta começaram um movimento de reivindicação e de defesa de seu papel na luta e na sociedade. Os trabalhos deste tema destacam os discursos de Samora Machel acerca das problemáticas da emancipação das mulheres e, ao mesmo tempo, reconhece sua importância na Revolução. Para Lilisia et al, Samora Machel considerava a preocupação com a emancipação das mulheres secundária, frente a prioridade da libertação colonial e da luta que elas também faziam parte. O grupo destaca alguns dos seus pronunciamentos na Conferência Feminina de 1979, afirmando que a

prioridade naquele momento deveria ser a destruição das estruturas do colonialismo, sendo a emancipação das mulheres uma tarefa secundária e algo que deveria ser tratado após a independência e quando o país pudesse contar com uma base econômica, social e educacional sólida; outros pensavam que investir na emancipação das mulheres exigia um sistema educacional estruturado, pois isso implicava não somente em alfabetizá-las, mas conscientizá-las das novas concepções relativas à identidade da mulher revolucionária, uma vez que a maioria ainda se encontrava muito apegada à tradição. Outros ainda, acreditavam ser necessário respeitar as práticas culturais locais, pois seu combate poderia ocasionar a perda de apoio das populações ao movimento de libertação nacional. Contudo e independentemente das divergências de opiniões, Machel comunicou a resolução desse debate em que a FRELIMO definiu a libertação da mulher como um compromisso inadiável. (LILISIA et al, 2021, p.11)

Para o Grupo de Estudos dos Movimentos Feministas de Moçambique, é importante também considerar que a luta pela emancipação da mulher esteve presente nos discursos dos governos socialistas em todo o mundo, naquele momento, sendo parte dos pronunciamentos da revolução. Desta forma, a Frente considerou que ele deveria ser simultâneo ao da libertação nacional e estruturação do socialismo. É neste ambiente que se fundou a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), em 1973, sendo reafirmada na Conferência de 1979.

De acordo com Isabel Casimiro (2001), as condições de participação das mulheres na FRELIMO precisa ser pensada também considerado a visão que Samora tinha de sua sociedade e das mulheres, segundo ela,

Uma forma de falar de Samora seria analisar o modo como ele compreendia mulheres e homens socializados e em que contextos, as diferentes e contraditórias forças que os moldam e por quê, as relações de poder entre os vários actores, sobretudo as relações de poder entre a elite dirigente que conduziu a luta nacionalista, a luta armada de libertação nacional e o período pós-independência.

[...] Samora era um homem do seu tempo, marcado pela sua educação tradicional e cristã, pela sua formação como guerrilheiro. Tinha uma visão descomprometida em relação ao seu país, marcada pela sua maneira de olhar o mundo, é óbvio, mas uma visão desafiadora para o país, para a região Austral de África, para o mundo. Acreditava naquilo em que pensava, vivia intensamente as suas utopias. Uma das suas visões e utopias está relacionada com a mulher, com o modo como ele analisava a sua situação na nossa sociedade, como via as suas relações com o homem e como previa a sua emancipação, no contexto mais geral da libertação do país.

Portanto, as condições de participação das mulheres na FRELIMO envolvem questões que entrelaçam o lugar da mulher na cultura tradicional, a cultura imposta pelo colonialismo, a arremetida da FRELIMO no período das lutas e da guerra anticolonial e a após a independência, quando a nação assume um regime socialista, com sobrevivências tradicionais, especialmente nas áreas rurais. Contudo, conforme se tem na história de Moçambique, as mulheres formaram fileiras na FRELIMO, fundação da Delegação Feminina e criação a Organização das Mulheres Moçambicanas, atuaram na modificação de uma estrutura tradicional e assumiram papéis políticos e sociais.

Vejamos no próximo item como elas se organizaram dentro da FRELIMO e como atuaram.

### **A Organização das Mulheres de Moçambique e sua trajetória no interior da FRELIMO**

Como já sinalizamos nos itens anteriores, desde antes da criação da FRELIMO, mulheres moçambicanas estavam envolvidas em atividades políticas, embora a luta pela igualdade de gênero estivesse em estágios iniciais. A Liga Feminina de Moçambique



(LIFEMO), fundada em 1962, buscou mobilizar mulheres para a luta de independência e promover a igualdade de gênero. No entanto, desafios internos e a desorganização da FRELIMO limitaram a eficácia da LIFEMO. (CABRITA, 1999)

Em 1965, surge o Destacamento Feminino (DF), uma organização militar composta por mulheres, criada em resposta à necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas. Isso demonstrou o desejo e a capacidade das mulheres moçambicanas de participar ativamente na luta armada. Após a independência em 1975, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foi criada para abordar questões de gênero e promover a participação das mulheres na sociedade pós-colonial. No entanto, a OMM também enfrentou obstáculos, incluindo resistência conservadora e desigualdades estruturais profundamente enraizadas. (CASIMIRO, 2004)

Desta forma, durante os anos 1960, as mulheres já estavam engajadas na atividade política em Moçambique, antes mesmo da criação da FRELIMO. Isso ocorreu durante a organização da sociedade civil moçambicana fora da colônia, quando imigrantes em países vizinhos formaram associações e sindicatos, bem como em redes clandestinas moçambicanas, criando uma rede de informações do exército colonial para esses movimentos. Além disso, surgiram redes de promoção social, como o *Movimento de Promoção Social da Mulher Nativa*, o qual ainda reproduzia padrões de feminilidade e comportamento europeus e subordinados compreendendo as hierarquias sociais de gênero (CASIMIRO, 2014, p.225).

Porém, ainda de acordo com Isabel Casimiro (2014, p.186), a FRELIMO foi um dos poucos movimentos nacionalistas africanos que lutaram pela emancipação da mulher simultaneamente à luta contra a colonização - uma vez que ao analisar os discursos oficiais, percebe-se a necessidade de fazer desse um problema de exploração também. A partir de 1962, grupos de mulheres se juntaram autonomamente à Frente, muitas vezes influenciadas ou acompanhadas por familiares, ou outras pessoas envolvidas no programa. Já no primeiro congresso da FRELIMO, destacou-se a importância de incentivar o desenvolvimento sociocultural das mulheres moçambicanas como uma medida essencial para a organização do povo.

Destaca-se no documento oficial duas medidas citadas - as quais, vale salientar, porque são consideradas fundamentais é imprescindível para organização da luta pelo Comitê Central da FRELIMO em seu primeiro congresso visando o desenvolvimento e organização de pautas emancipatórias de gênero, são elas:

N.º 7: Providenciar, por todos os meios, o desenvolvimento social e cultural

das mulheres moçambicanas;

N.º 9: Incentivar e apoiar a formação e consolidação de organizações de massa: sindicatos, estudantis, jovens, femininas, etc.;

Nesta base documental, <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0037000058>, conseguimos compreender aspectos da organização interna da FRELIMO. Pela documentação vimos que a FRELIMO criou uma organização das mulheres perante a formação de uma estrutura de resistência, foi possível por via de um discurso que enfatizava a igualdade de gênero e o fim do colonialismo, a FRELIMO criou espaço para a mobilização e formação de organizações femininas. Como resultado, em 1962, surgiu a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), a primeira organização de mulheres vinculada à FRELIMO, concebida com a finalidade de incentivar a participação das mulheres na luta de libertação.

Os principais objetivos da LIFEMO incluíam a união das mulheres na luta anticolonial, a promoção do bem-estar das mulheres e crianças moçambicanas e a erradicação do analfabetismo (SHELDON, 2017). Essa organização durante os anos de luta armada irá viabilizar e orientar as mulheres nas suas tarefas e contribuições dentro da luta anticolonial, de acordo com as fontes oficiais é a partir da LIFEMO que surgirá a demanda da necessidade de uma organização militar feminina.

O Destacamento Feminino (DF), constituído por mulheres guerrilheiras, nasceu, ao contrário do que refere a informação oficial, por solicitação das mulheres, confrontadas pela necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas, ou então nas zonas ainda controladas pelo colonialismo. Foi em 1965, um ano após o início da luta armada, que um grupo de mulheres solicitou treino militar à direcção do movimento, para poder garantir a defesa das populações, à sua responsabilidade e, que o primeiro grupo se preparou e constituiu o DF (Casimiro, 1986: 127-130). Todavia, a documentação oficial reporta a sua criação, durante a Sessão do Comité Central, em outubro de 1966. (CASIMIRO, 2001. p.4)

Uma narrativa pós-colonial é possível compreender a emergência de uma narrativa que traz o protagonismo da mulher inserida nessa realidade de emancipação nacional, além disso, percebe-se também uma necessidade de apontar a luta de libertação contra o colonialismo como parte dessa luta de gênero atrelada ao entendimento que a exploração da mulher pelo homem também faz parte do princípio do colonialismo que defende a exploração do homem

pelo homem - esse discurso também encontra apoio dentro do marxismo-leninismo corrente filosófica que irá subsidiar os estatutos da FRELIMO em sua essência.

Além disso, conforme Casimiro (2014), é possível destacar que a organização feminina na FRELIMO apresentava um caráter elitista, o que resultou na criação do Destacamento Feminino em 1965. A Liga da Mulher Moçambicana (LIFEMO) não pôde atender às demandas das mulheres moçambicanas devido à desorganização das instituições da FRELIMO. Essa desordem foi agravada por ações limitadoras por parte dos dirigentes da organização, o que pode ter afetado a atuação e o alcance da LIFEMO na luta pela libertação nacional e na promoção dos direitos das mulheres em Moçambique.

Quando a LIFEMO se constituiu, em que fase se encontrava a FRELIMO, a revolução moçambicana e a mulher? A FRELIMO ainda não tinha estruturas sólidas, a sua linha não estava suficientemente compreendida e assumida, porque ainda não fora posta à prova pela luta. Os seus quadros e direção não estavam suficientemente temperados pela luta, não possuíam experiência. [...] no momento da criação da LIFEMO, o processo revolucionário ainda se encontrava na sua fase inicial [...] Por consequência, para a LIFEMO, falar de emancipação da mulher era apenas um exercício verbal, vazio, uma imitação do que se fazia no mundo, uma moda superficial. Assim era porque nesse momento a mulher em geral não aparecia engajada na luta. (MACHEL, 1977, s/p)

É imprescindível ressaltar a importância de investigar as fontes não-oficiais para a compreensão mais ampla da participação das mulheres nas lutas de libertação em Moçambique. Ainda que a criação da FRELIMO tenha sido um marco significativo para a organização da resistência anticolonial no país, há indícios de que as mulheres moçambicanas já estavam envolvidas em atividades de propaganda e mobilização popular antes mesmo da fundação da Frente organizadora. Dessa forma, é necessário considerar a relevância dessas atividades para o início da luta contra o colonialismo e a participação das mulheres na sua formação. (SANTANA, 2009)

A criação da Liga Feminina Moçambicana em 1962 foi, de modo geral, um marco importante para a luta pela emancipação das mulheres em Moçambique. A organização tinha como objetivo primordial mobilizar e conscientizar as mulheres para a luta pela independência do país, bem como promover a igualdade de gênero e a participação das mulheres em todas as esferas da sociedade. No entanto, ao longo do tempo, ficou claro que a

LIFEMO não estava preparada para lidar com as demandas que surgiram durante a luta emancipatória.

Com a criação do Destacamento Feminino (DF) em 1965, a LIFEMO acabou perdendo espaço para essa nova organização militar que agora precisava lutar por espaço e pela construção de um discurso favorável à inserção das mulheres nos treinamentos militares. Foi evidente que o DF se mostrou muito eficiente e cumpriu com suas demandas, atingindo as mulheres dentro e fora do ambiente militar.

Os desafios enfrentados pelo DF pautavam-se em discursos contrários a participação militar feminina, as mulheres que ocupam posições consideradas não tradicionais enfrentam um desafio significativo: são frequentemente julgadas e condenadas pela sua conduta sexual, já que estão indo contra as normas patriarcais que lhes são impostas como seu lugar na sociedade. Além disso, ao escolherem não serem apenas reprodutoras e produtoras, elas estão invadindo um espaço que foi historicamente reservado aos homens. Como destaca Casimiro (2014, p.229), essas mulheres carregam o peso da desaprovação social e também da transgressão de normas de gênero profundamente arraigadas na cultura e na história. Além dessa embate de gênero, havia também dificuldades sobre a realização de jornadas duplas, uma vez que essas mulheres também eram responsáveis por suas famílias e a educação das zonas libertas.

Apesar dos avanços proporcionados pelo Destacamento Feminino, a luta pela igualdade de gênero em Moçambique não poderia depender exclusivamente da organização militar. A criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) após a independência do país em 1974 foi fundamental para tratar das questões profissionais das mulheres e realocá-las dentro de uma sociedade recém-independente.<sup>4</sup>

A Organização da Mulher Moçambicana (OMM) desempenhou um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e na melhoria das condições de vida das mulheres em Moçambique após a independência. Desafiando normas de gênero restritivas, a OMM capacitou as mulheres através de programas de conscientização, permitindo-lhes se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. No entanto, a luta por igualdade de gênero em Moçambique ainda enfrenta desafios significativos, incluindo questões de saúde reprodutiva, violência de gênero e acesso limitado a recursos econômicos, mantendo a relevância contínua da OMM nesse cenário. (CASIMIRO, 2004)

No entanto, é importante destacar que a OMM enfrentou desafios significativos em sua

---

<sup>4</sup> Tchiweka, Organização. Documento Textual 0037000058. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0037000058>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

missão de promover a igualdade de gênero em Moçambique. A organização enfrentou resistência de setores conservadores da sociedade que viam a participação das mulheres em cargos de liderança como uma ameaça à ordem social estabelecida. Além disso, a OMM teve que lidar com questões relacionadas à pobreza, falta de acesso à educação e desigualdades de gênero arraigadas na cultura moçambicana.

### **Considerações Finais**

De acordo com nossas referências, citadas ao longo do texto, a luta pela emancipação da mulher moçambicana continua. Contudo, podemos concluir que sua participação na FRELIMO proporcionou uma etapa de transição entre sua situação antes do colonialismo, durante o colonialismo e durante a FRELIMO, com repercussões depois da independência.

Portanto, consideramos que apesar dos desafios enfrentados, a OMM teve um papel crucial na promoção dos direitos das mulheres e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária em Moçambique. A organização desenvolveu políticas públicas e programas para a educação das mulheres, empoderamento econômico, saúde, prevenção da violência de gênero e combate à discriminação de gênero. O trabalho da OMM contribuiu significativamente para garantir que as mulheres tivessem voz e representação em todas as esferas da sociedade moçambicana.

As organizações femininas vinculadas à FRELIMO, como a LIFEMO, DF e a OMM, foram criadas para atender às necessidades das mulheres durante a luta pela independência de Moçambique e depois dela. Essas organizações têm suas raízes na delegação da secção das mulheres da FRELIMO, que foi criada em 1962 - para a coordenar a Conferência da Mulher Africana, apesar de não ter sido encontrada nenhuma fonte oficial até o momento, o avanço na pesquisa leva a crer que esse fato está ligado as lideranças femininas da Frente de Libertação, ou seja, a grande parte das mulheres que constituíam a LIFEMO naquele momento. A delegação da secção das mulheres tinha como objetivo principal coordenar e supervisionar o trabalho das organizações femininas em todo o país.

Por fim, sabe-se que em 1962, a delegação da secção das mulheres da FRELIMO enviou uma delegação à primeira Conferência da Mulher Africana, em Dar es Salaam, Tanzânia.

### **Referências**

1. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma única história*. Traduzido em português por: Erika Barbosa, 2009.
2. ARNFRED, Signe. *Descolonizando o Feminismo em Moçambique*. In: Suffolk: Nordiska Afrikainstitutet; Uppsala: James Currey, 2011. p.310.
3. BOAHEN, Albert Adu (Editor). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 1040 p.
4. BORGES, Edson. *A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1992)*. In: FRY, Peter (Orgs). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
5. CABAÇO, José Luís. *Moçambique. Identidade, Colonialismo e Libertação*. São Paulo, Editora UNESP, 2009.
6. CABRITA MATEUS, Dalila. *A Luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA, PAIGC*. Portugal: Inquérito, 1999.
7. CAHEN, Michel. Luta de Emancipação anti-colonial ou movimento de libertação Nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colônias portuguesas e de Moçambique em particular. *Africana Studia*, nº 8, 2005, p. 39-67.
8. CASIMIRO, Isabel Maria. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promedia, 2004.
9. \_\_\_\_\_. “Samora Machel e as relações de gênero”. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, n. 21, p. 55-84, set. 2005.
10. \_\_\_\_\_. Movimentos sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique. A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Teresa Cruz e Silva & Isabel Maria Casimiro (orgs.). Dakar, CODESRIA, 2015, p.51-66.
11. \_\_\_\_\_. Depoimento, 2008. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 17min). Cf. <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1667.pdf> [acesso 31ago2023]
12. CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2006.
13. COMITINI, Carlos. *A África arde: lutas dos povos africanos pela liberdade*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980. p. 18-119.
14. \_\_\_\_\_. *Movimento associativo como foco de nacionalismo: o movimento estudantil – NESAM e AMM*. In: CASTELO, Cláudia et al. (Org.). *Os Outros da Colonização: Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS, 2012. p. 117-134.
15. \_\_\_\_\_. *Transformações nas relações Homem/Mulher em Moçambique 1960-1974*. Maputo, 1986.

16. HISTÓRIA DA FRELIMO. Relatório do comitê central da FRELIMO. Maputo: Departamento de Trabalho Ideológico FRELIMO, [197-?]. p. 13-22. (Coleção Conhecer, v. 4).
17. ISAACMAN, Allen & ISAACMAN, Barbara. The role of Women in Liberation of Mozambique. *Journal of African Studies*, nº13, 1994, p.128-185.
18. LILISIA, Amélia, et al. *Movimento Feminista em Moçambique*. Grupo de trabalho de Moçambique. Naway.net. 2011. Cf. <http://www.naway.net/wp-content/uploads/downloads/2012/11/Movimento-Feminista-em-Mo%C3%83%C2%A7ambique.pdf> [acesso em 31.08.2023]
19. MAÚNGUE, Hélio Bento. “Mulher moçambicana: cultura, tradição e questões de género na feminização do HIV/SIDA”. Dossiê Mundos de Mulheres: Pensamentos Feministas Afro-Moçambicanos. *Revista Estudos Feministas*. n. 28(1). Florianópolis, 2021.
20. RITA FERREIRA, Antônio. *Povos de Moçambique: história e cultura*. Porto: Edições Afrontamento, 1975.
21. SANTANA, Jacimara Souza. *A Participação das Mulheres nas Lutas de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (Revista Tempo 1975-1985)*. Sankofa (São Paulo), v. 4, p. 1-21, 2009.
22. SILVA, Giselda Brito. A Educação Colonial do Império português em África (1850-1950). *Revista Cadernos do Tempo Presente*, São Cristovão, n. 21, p. 67-83, 2015.
23. SOUSA, João Tiago. *Eduardo Mondlane e a luta pela independência de Moçambique. Comunidades Imaginadas e nacionalismos em África*. Coimbra, 2008.
24. TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.
25. TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e História social. *Cadernos Pagu*, nº3: 1994, p.29-62.